



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj**  
**Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509**  
**70160-900 – Brasília-DF**

**PROJETO DE LEI Nº 2.628 DE 2022**

Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

**EMENDA Nº , DE 2025**

Dê-se ao parágrafo único do Art. 21 do Projeto de Lei nº 2628, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 21.....

Parágrafo Único. Os provedores cooperarão com autoridades de investigação criminal compartilhando informações quando acreditarem, de boa fé, que possa existir um crime envolvendo risco iminente para crianças e adolescentes.”

**JUSTIFICAÇÃO**

No Art. 21, o caput prevê a criação de canais para recebimento de denúncias acerca da violação de direitos de crianças e adolescentes. O seu parágrafo único, contudo, não apresenta limitação ou qualificação sobre as denúncias recebidas, ensejando o repasse indiscriminado de todas as notificações que se referirem a crianças e adolescentes para as autoridades competentes.

Há também elevado grau de incerteza quanto às autoridades que deverão receber o repasse das denúncias dada a menção genérica a "autoridades competentes, nos termos do regulamento". Tomando como exemplo o Ministério Público, que o texto trazia originalmente, se trata de um órgão plural, com diversas camadas e regras de





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj**  
**Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509**  
**70160-900 – Brasília-DF**

competência, impondo às plataformas uma extensa análise do ponto de vista formal sobre qual o órgão competente para o recebimento de cada uma das "denúncias".

Por outro lado, ao mesmo tempo que há dever, representantes de plataformas que exerçam tal comunicação podem sofrer o risco de serem acusados pelos responsáveis pelos conteúdos de falsa comunicação de crime ou denúncia caluniosa.

Há um caminho alternativo eficaz: criar um mecanismo de cooperação entre os provedores de aplicação e as autoridades de investigação. Por isso propomos o texto aqui apresentado, que prevê o compartilhamento das informações quando os provedores acreditarem, de boa fé, que possa existir um crime envolvendo risco iminente para crianças e adolescentes.

Pelo exposto acima, peço apoio aos nobres pares para a aprovação dessa emenda.

Sala das Comissões, em 08 de abril de 2025.

**DEPUTADO DELEGADO PAULO BILYNSKYJ**

**(PL-SP)**

